

**RELATÓRIO DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

**“ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA  
NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE”**

**SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA  
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA**

AGOSTO DE 2001

# **ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE**

## **DISCUSSÃO PÚBLICA**

### **ÍNDICE**

1 - INTRODUÇÃO

2 - DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS E LOCAIS DE CONSULTA

3 - PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

4 - AUDIÊNCIAS E REUNIÕES

5 - PROVENIÊNCIA DOS PARECERES RECEBIDOS

6 - SÍNTESES DOS PARECERES

ANEXO I - ABERTURA DA DISCUSSÃO PÚBLICA

- ANÚNCIOS PUBLICADOS
- NOTA DE IMPRENSA
- NOTA NO PORTAL MAOT

ANEXO II - LISTA DAS ENTIDADES QUE PARTICIPARAM NA DISCUSSÃO PÚBLICA

## RELATÓRIO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

### “ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE”

#### 1- INTRODUÇÃO

A actual versão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, de Maio de 2001, resultou da reformulação do Documento Preliminar de Março de 1999, que foi sujeito a discussão pública no mês de Abril seguinte.

Não obstante e face às alterações introduzidas, entendeu o Governo promover uma segunda discussão pública, que teve início no dia 24 de Maio de 2001, na sequência da apresentação do documento na Reserva Natural do Estuário do Tejo, a 22 de Maio (Dia Internacional da Biodiversidade), na presença de Sua Ex.a o Primeiro-Ministro, Eng. António Guterres.

O período de discussão pública teve início formal em 24 de Maio e termo em 15 de Junho, embora tenham sido recebidos e considerados os contributos entregues já depois daquela data.

#### 2 – DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A versão actual da Estratégia (texto integral) foi disponibilizada para consulta ao público nos seguintes locais:

No Continente:

- Instituto da Conservação da Natureza (ICN)
- Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB)
- Direcção Regional de Ambiente e do Ordenamento do Território - Norte
- Direcção Regional de Ambiente e do Ordenamento do Território - Centro
- Direcção Regional de Ambiente e do Ordenamento do Território - Lisboa e Vale do Tejo
- Direcção Regional de Ambiente e do Ordenamento do Território - Alentejo

- Direcção Regional de Ambiente e do Ordenamento do Território - Algarve

Na Região Autónoma dos Açores

- Secretaria Regional de Ambiente

Na Região Autónoma da Madeira

- Direcção Regional de Ambiente

O documento para discussão pública foi ainda disponibilizado via internet através dos Portais do IPAMB e do ICN.

### 3 – PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

A divulgação desta Discussão Pública foi feita por:

- a) Publicação no dia 24 de Maio, de um anúncio nos seguintes jornais:
  - Público
  - Diário de Notícias
  - Jornal de Notícias;
- b) Divulgação do processo de Discussão Pública na Internet, nos Portais do IPAMB e do ICN;
- c) Comunicado de Imprensa
- d) Publicação de um anúncio nos seguintes jornais da Região Autónoma dos Açores:
  - Telégrafo, dia 1 de Junho
  - Diário Insular, dia 2 de Junho
  - Açoreano Oriental de 2 de Junho

### 4 – AUDIÊNCIAS E REUNIÕES

Tiveram lugar três reuniões no âmbito da apresentação e discussão do documento:

Dia 24 de Maio

- Reunião de S.Ex.<sup>a</sup> o SEOTCN com o Conselho Nacional de Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável;

Dia 25 de Maio

- Reunião de S. Ex.<sup>a</sup> o SEOTCN com os representantes das seguintes Organizações Não Governamentais de Ambiente de âmbito nacional:
  - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

- LPN - Liga para a Protecção da Natureza
- GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
- QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Dia 30 de Maio

- Reunião de S.Ex.<sup>a</sup> o SEOTCN com a Comissão Parlamentar de Administração, Ordenamento do Território, Poder Local e Ambiente.

## 5 – PROVENIÊNCIA DOS PARECERES RECEBIDOS

Durante o período em que decorreu a Discussão Pública foram recebidos vinte e um pareceres, provenientes de organizações não-governamentais de ambiente, associações de direito privado, associações públicas, administração central e regional, dum órgão consultivo do Governo, instituições de ensino superior e a título individual, com a seguinte distribuição:

### Organizações Não Governamentais de Ambiente

**CPADA** - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

**GEOTA** - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

**LPN** – Liga para a Protecção da Natureza

**PATO** – Associação de Defesa do Paul da Tornada

**QUERCUS** – Associação Nacional de Conservação da Natureza

**SPEA** – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

### Associações de Direito Privado

**AFLOPS** – Associação de Produtores Florestais de Setúbal

**APPA** – Associação Portuguesa de Pesca do Achigã e Defesa da Natureza

**CAP** – Confederação dos Agricultores de Portugal

**ProGEO Portugal** – Grupo Português da European Association for the Conservation of the Geological Heritage

### Associações Públicas

Ordem dos Biólogos

Governo Regional

Secretaria Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores

Administração Central e Regional

Auditor de Ambiente - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Auditoria Ambiental – Ministério do Equipamento Social  
Direcção Regional de Ambiente – Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais - Região Autónoma da Madeira  
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Alentejo - MAOT  
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro - MAOT  
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo – MAOT  
Instituto Português de Arqueologia – Ministério da Cultura

Órgão Consultivo do Governo

**CNADS** – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Instituições de Ensino Superior

Laboratório de Biologia da Conservação - Universidade de Évora

Individuais

José Manuel Gomes Torres

## 6 - SÍNTESE DOS PARECERES

### 6.1 – Comentários na generalidade:

A maioria dos comentários recebidos manifesta, na generalidade, uma posição favorável às propostas da ENCNB, sublinhando que a nova versão apresenta uma evolução significativa face à versão anterior do documento. A título necessariamente ilustrativo, apresentam-se aqui algumas dessas apreciações positivas:

a) Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

*“3. O CNADS considera constituir esta versão da ENCNB, (...) um documento mais amadurecido e com uma estrutura mais coerente que as versões anteriores e que no seu conteúdo integrou muitas das sugestões contidas nas anteriores apreciações efectuadas por este Conselho. Mais, considera o CNADS que este documento constitui um passo fundamental para que Portugal possa corresponder a um triplo desafio:*

- i) o cumprimento da Lei de Bases do Ambiente de 1987, como vem indicado no artigo 27.º n.º 1 a);*
- ii) o claro entendimento da Conservação da Natureza e da Biodiversidade como uma das prioridades fundamentais da política de ambiente da União Europeia;( ...)*
- iii) a necessidade de dar uma resposta positiva ao Art.6.º da Convenção sobre a Diversidade Biológica(CDB,1992)(...)*

4. *Essa apreciação globalmente positiva não deve, contudo, ser entendida como uma concordância total do CNADS com esta versão da ENCNB ao nível da especialidade.”*

b) Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

*“... da análise efectuada desta proposta de Estratégia, verifica-se uma evolução da sua base informativa e das propostas de acção, em relação aos quais nos merecem especial destaque os seguintes aspectos: o ênfase colocado, a nível das Opções Estratégicas, na promoção das actividades de investigação científica, do conhecimento e monitorização de espécies, habitats e ecossistemas (...); a relevância atribuída à promoção da integração da política de conservação e do princípio da utilização sustentada dos recursos naturais na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais (...); a apresentação de um conjunto de directivas de acção mais concretas, frequentemente acompanhadas de metas temporais, colmatando desta forma uma das principais lacunas da anterior versão do documento.”*

c) GEOTA (parecer subscrito também pela Associação PATO)

*“Na generalidade, o GEOTA considera que esta versão da ENCNB apresenta algumas melhorias em relação às apresentadas no passado, nomeadamente:*

- a) na definição de medidas de acção quer na sua articulação com outras políticas sectoriais (...)*
- b) ao retomar o conceito de Rede Fundamental de Conservação da Natureza na qual são incluídos os vários tipos de áreas com diferentes estatutos de conservação (...)*
- c) Ao considerar, também relevante a delimitação de corredores ecológicos...”*

d) QUERCUS

*“Apesar de tardio, o lançamento da discussão pública da nova versão da estratégia nacional de conservação da Natureza constitui um marco fundamental para a política ambiental nacional (...). Apesar das críticas e sugestões que aqui deixamos queremos desde já sublinhar que o documento merece, numa apreciação na generalidade, nota positiva e que representa um avanço bastante significativo em relação ao que foi anteriormente apresentado(...). Esperamos assim que depois da discussão pública e da sua apresentação e discussão na Assembleia da República, possa constituir um instrumento orientador fundamental para a execução da política de conservação da Natureza em Portugal.”*

e) Sociedade Portuguesa Para o Estudo das Aves

*“Embora se verifique um atraso inexplicável na apresentação desta Estratégia pelo Estado Português, gostaríamos antes de mais expressar o nosso agrado pelo facto deste documento ser sujeito a discussão pública, que esperamos efectiva e*

*participada, e também pela franca melhoria registada em termos de conteúdo e de organização quando comparado com a versão anterior apresentada em 1999.”*

Todavia, foram formuladas, também, algumas observações críticas, ainda na generalidade, como a seguir se indicam, a título igualmente ilustrativo:

a) Liga para a Protecção da Natureza

*“ Este documento vai buscar o seu suporte teórico às políticas globais de conservação da natureza e está, deste ponto de vista, bem enquadrado (...) É também por isso uma estratégia de continuidade, e do ponto de vista conceptual não traz nada de novo (...) não aflora uma questão chave: a justa retribuição dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas (...). Os conceitos que têm emergido da economia ambiental foram basicamente ignorados pela estratégia (...). A definição de uma Estratégia de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (...) deverá estar assente numa exaustiva inventariação e monitorização dos componentes da biodiversidade. Também por isso, é importante que o documento final inclua um capítulo descrevendo ainda que de forma sumária, a situação de referência (...). Deve destacar-se um evidente menosprezo pelo papel das ONGAS na presente estratégia.”*

b) ProGEO Portugal

*“ O documento revela no geral uma visão parcial e distorcida da Natureza e da problemática associada à sua Conservação. Enquanto se continuar a esquecer a importância da vertente geológica nunca se poderá implementar uma eficaz política de Conservação da Natureza. Desde logo o título do documento dá realce à biodiversidade, parâmetro de indiscutível pertinência nesta matéria, sendo no entanto ausente a referência à geodiversidade, também ela essencial na temática.”*

c) CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

*“ Julgamos que a Estratégia apresentada: É simultaneamente, coerente e incoerente. Coerente porque subalterniza, constantemente o papel dos agricultores e proprietários florestais, na Conservação da natureza e biodiversidade, o que está de acordo com a política seguida pelo Governo. Incoerente porque não é possível conduzir com sucesso uma ECNB à revelia dos seus principais agentes.”*

d) Ordem dos Biólogos

*“A Ordem dos Biólogos considera que este documento constitui um contributo importante para a definição de linhas de acção no âmbito da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, apresentando um conjunto de propostas válidas, algumas das quais de acordo com a Estratégia Europeia da Biodiversidade, carecendo no entanto de um enquadramento devido e portanto de correcções a*

*diversos níveis, sem as quais não poderá a Ordem considerar este documento como uma verdadeira Estratégia da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (...). A Ordem dos Biólogos considera que este documento se assemelha mais a um plano de acção que a uma verdadeira proposta de estratégia.”*

## **6.2 – Grandes temas mais abordados**

Da análise que foi realizada aos diferentes pareceres, conclui-se que os grandes temas que suscitaram maior número de comentários e que mereceram observações e contributos de diversa ordem, foram os seguintes:

- a) Oceanos, zonas costeiras e ecossistemas costeiros e marinhos: várias observações sugeriram um maior destaque e desenvolvimento para esta temática;
- b) Política de transportes: foi proposta a sua autonomização no capítulo III;
- c) Política de energia e alterações climáticas: não obstante a estratégia autónoma para as alterações climáticas, foi sugerido um maior destaque a esta problemática na ENCNB;
- d) Política industrial: foi proposta autonomização no capítulo III;
- e) Integração de políticas: alguns comentários pronunciaram-se a favor de um tratamento mais equilibrado das diversas políticas relevantes.

## **6.3 – Comentários na especialidade:**

Do conjunto dos pareceres recebidos, apesar da sua heterogeneidade, podem elencar-se como segue os temas mais frequentemente abordados nas diferentes observações na especialidade, sem prejuízo de outras propostas de correcção pontual do documento.

- Conveniência de hierarquizar as directivas de acção ;
- Identificação dos organismos administração pública responsáveis pela implementação da Estratégia;
- Valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades locais;
- Participação das ONGAS na implementação de diversas vertentes da Estratégia;
- Participação dos agricultores, proprietários rurais e produtores florestais no desenvolvimento da Estratégia;
- Disponibilização aos Municípios de meios para a gestão dos Sítios da Rede Natura 2000;
- Importância da contratualização da produção de bens e serviços de natureza florestal, no âmbito da conservação;
- Criação de um sistema nacional de indicadores de desenvolvimento sustentável;
- Problemática do clearing –house mechanism;
- Prazos de actualização dos Livros Vermelhos;
- Relevância da natureza nos espaços urbanos;

- Inclusão da RAN e das Matas Nacionais na Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Interesse da conservação do património geológico, geomorfológico, paleontológico e arqueológico, bem como inclusão da geodiversidade em paralelo com a biodiversidade;
- Importância da temática da conservação dos solos;
- Recuperação de *habitats* degradados;
- Salvaguarda dos aquíferos subterrâneos;
- Protecção adequada dos corredores ecológicos;
- Estudo e conservação dos *taxa* menos conhecidos;
- Meios humanos e financeiros necessários à execução da Estratégia;
- Acompanhamento e avaliação da implementação da estratégia.

## 7. Conclusões

A discussão pública da nova Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade permitiu a participação dos principais e mais empenhados agentes na área da conservação da natureza, tendo fornecido um conjunto de sugestões muito relevantes para o aperfeiçoamento do documento produzido.

Não obstante o facto de, na generalidade, uma grande maioria dos comentários recebidos ser favorável à versão apresentada, da discussão pública resulta a conveniência de, para além de diversos ajustamentos de pormenor, a versão final conferir maior destaque e desenvolvimento aos seguintes temas: Oceanos, Zonas Costeiras e Ecossistemas Costeiros e Marinhos; Política Energética e Alterações Climáticas; Política de Transportes e Política Industrial.

Por outro lado, da discussão pública resulta, também, a pertinência de um alargamento do conceito de Rede Fundamental de Conservação da Natureza e, ainda, da previsão de uma intervenção integrada sobre os elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico.

# ANEXO I

## ABERTURA DA DISCUSSÃO PÚBLICA

## ANÚNCIOS PUBLICADOS

## NOTA DE IMPRENSA

NOTA NO PORTAL MAOT

# ANEXO I I

## LISTA DAS ENTIDADES QUE PARTICIPARAM NA DISCUSSÃO PÚBLICA DA

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da  
Biodiversidade

**CPADA** - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente  
**GEOTA** - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente  
**LPN** – Liga para a Protecção da Natureza  
**PATO** – Associação de Defesa do Paul da Tornada  
**QUERCUS** – Associação Nacional de Conservação da Natureza  
**SPEA** – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves  
**AFLOPS** – Associação de Produtores Florestais de Setúbal  
**APPA** – Associação Portuguesa de Pesca do Achigã e Defesa da Natureza  
**CAP** – Confederação dos Agricultores de Portugal  
**ProGEO Portugal** – Grupo Português da European Association for the Conservation of the Geological Heritage  
Ordem dos Biólogos  
Secretaria Regional do Ambiente da Região Autónoma dos Açores  
Auditor de Ambiente - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas  
Auditoria Ambiental – Ministério do Equipamento Social  
Direcção Regional de Ambiente – Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais - Região Autónoma da Madeira  
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Alentejo - MAOT  
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro - MAOT  
Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo - MAOT  
Instituto Português de Arqueologia – Ministério da Cultura  
**CNADS** – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável  
Laboratório de Biologia da Conservação - Universidade de Évora  
José Manuel Gomes Torres